



SOCIEDADE ABERTA

O fim da linha



Domingues de Azevedo

Bastonário da
Ordem dos Técnicos
Oficiais de Contas

O primeiro mês do ano começa com indicadores preocupantes, a juntar às péssimas notícias que se vão acumulando com o passar das semanas. Os políticos tentam dar alento a quem continua a sofrer na pele as agruras da crise, mas para muitos neste “túnel” está longe de se vislumbrar qualquer tipo de luminosidade. Mesmo

que ténue. E não se pode propriamente dizer que os maus sinais provoquem estupefação generalizada. Longe disso.

Os dados da direção-geral do Orçamento são relativamente encorajadores do ponto de vista da execução orçamental, mas confirmam uma tendência que se vem desenhando: a descida gradual da cobrança de impostos. Oito por cento, só no primeiro mês do ano. Trata-se do resultado da austeridade porfiada que este executivo tem desenvolvido desde que tomou posse e do conseqüente convite à fuga e evasão, seja atrás da economia paralela ou de outros métodos à margem da lei.

A automatizada e profissional máquina do fisco tem dado mostras de competência, mas ainda não tem o condão de operar o milagre da multiplicação das receitas tributárias, muito menos em período de crise. A “galinha dos ovos de ouro” não dura eternamente, muito menos com um país à míngua, quase “a pão e água”. Podem não manifestá-lo em público, mas estes registos relativamente ao recuo na arrecadação de receitas em impostos dizem aos nossos governantes que superámos o limite da razoabilidade da tributação.

Aliás, não estamos com isto a afirmar nada de extraordinário. É dos livros e está plasmado na chamada “curva de Laffer”, da autoria do economista norte-americano Arthur Laffer, que estabelece uma relação teórica entre o valor arrecadado com impostos por um governo e todos os possíveis níveis de tributação ou de carga fiscal. Quer isto dizer o quê? Que a partir de determinado nível de tributação os incentivos à produção ou à criação de valor são decrescentes.

Se efetuarmos um breve exercício de memória, e não é preciso recuar muito no tempo, chegaremos à conclusão que entre 2008 e 2012, Portugal conheceu consecutivos aumentos de impostos em todas as taxas conhecidas e imaginárias. Um verdadeiro muro fiscal. Se a situação já era penosa na anterior legislatura, agravou-se nesta, e de que maneira, em obediência ao sacrossanto memorando da ‘troika’. Acentuou-se a curva descendente na conhecida “curva de Laffer”, promovendo-se resultados contraproducentes na receita cobrada, devido aos efeitos lesivos na atividade económica e aos repetidos incentivos à fraude. A célebre pergunta, “quer com ou sem fatura”, é disso exemplo.

As sirenes já devem ter soado na administração tributária e no próprio Ministério das Finanças. Que este alerta sirva de ponto de inflexão ao caminho da austeridade que vem a ser seguido e que, valha a verdade, está esgotado. E, perdoem-me o trocadilho, os portugueses também estão à beira de ficar.

Chegados ao fim da linha, resta fazer o balanço do aperto e perspetivar um novo caminho, rumo ao crescimento, o tal objetivo de que todos falam em abstrato, mas são poucos os que ousam percorrê-lo na prática. ■